

XX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE PROCURADOR DO ESTADO DO PARÁ – RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 01/2015 PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ – EDITAL Nº 01/2015 Pag. 1 GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO XX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE PROCURADOR DO ESTADO DO PARÁ RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 01/2015 – PGE

O PRESIDENTE DA COMISSÃO EXAMINADORA DO XX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE PROCURADOR DO ESTADO DO PARÁ, nos termos do que dispõem os artigos 21 e 22 da Lei Complementar nº. 041, de 29 de agosto de 2002, publicada no DOE/PA de 30.08.2002, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº. 050 de 19 de maio de 2005, publicada no DOE/PA de 24.05.2005, Lei Complementar nº. 056, de 28 de junho de 2006, publicada no DOE de 18 de agosto de 2006, e Lei Complementar nº. 068, de 13 de março de 2009, publicada no DOE de 16 de março de 2009, torna pública a retificação do Edital No. 01/2015 - PGE, publicado no Diário Oficial do Estado do Pará, de 10 de julho de 2015, alterando o Inciso V do anexo I, que passa a ter a seguinte redação a seguir especificada, permanecendo inalterados os demais itens e subitens do referido edital. 3.3:

DIREITO AGRÁRIO

1. Teoria geral do Direito Agrário
2. Princípios e normas gerais de Direito Agrário.
3. Formação histórica do Direito Agrário no Brasil. Evolução legislativa. Legislação Federal: Lei nº. 601/1850. Decreto nº. 1.318/1854. Legislação Estadual: Lei nº. 82/1892. Lei nº. 4.884/79. Lei nº. 5.295/85. Decreto Estadual nº. 410/1891. Decreto Estadual nº. 1.054/1996.
4. Evolução do conceito de propriedade no Brasil. Função social da propriedade rural. Posse e propriedade. Posse civil. Posse agrária. Legitimação de posse. (o antigo item 12 foi incorporado aqui)
5. Reforma agrária. Programa nacional de reforma agrária. Execução e administração da reforma agrária. Desapropriação de terras para fins de reforma agrária. Títulos da dívida agrária. Política agrícola. Lei nº. 8.629/93.
6. Estatuto da terra: Lei nº. 4.504/64.
7. Bens públicos dominicais. Terrenos de marinha, acrescido de marinha e terrenos marginais. Terrenos de ilhas costeiras, fluviais e oceânicas. Terrenos nacionais interiores.
8. Alienação e concessão de terras públicas. Imóvel urbano. Imóvel rural. Empresa rural. Latifúndio. Minifúndio. Legislação estadual de terras: Lei nº. 7.289/2009. Decreto nº. 2.135/2010. Decreto nº. 1.805/2009. Decreto No. 62/2007.
9. Aquisição ou arrendamento de imóvel rural por pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras. Limitações à venda de terras a estrangeiros.
10. Terras devolutas. Destinação das terras devolutas. Terras devolutas e o poder público. Identificação das terras devolutas.
11. Usucapião na Constituição Federal e no Código Civil. Usucapião urbano e rural.
12. Formas de incorporação de terras ao patrimônio público. Discriminatória administrativa e judicial. Arrecadação sumária. Lei nº. 6.383/76. Demarcação de terras para regularização fundiária de interesse social. Lei nº. 11.481/2007.
13. Regime de terras tradicionalmente ocupada pelos índios. Demarcação das terras das comunidades indígenas.
14. Quilombos e quilombolas. Legislação federal e estadual.
15. Políticas urbana, agrícola e fundiária. Lei Estadual nº. 5.849/1994. Criação de assentamento estadual. Decreto Estadual nº. 2.280/2010.
16. Contratos agrários.
19. Ouvidoria agrária nacional. Ouvidoria agrária estadual. Comissão estadual de mediação de

conflitos agrários. Comissão Permanente de Monitoramento e Combate à Grilagem.

20. Ação civil pública em matéria agrária. Grilagem de terras públicas. Cancelamento administrativo e judicial de matrículas. Leis federais e estaduais. Lei nº. 6.739/76. Provimentos do TJE/PA nº. 13/2006 e nº. 02/2010.

21. Conexões do direito agrário com o direito ambiental. Reserva legal e área de preservação permanente.

22. Dispositivos constitucionais relativos à matéria agrária.

23. Jurisprudência dos tribunais superiores.

Belém, 10 de Agosto de 2015

Elísio Augusto Velloso Bastos
Presidente